

**AO PREZADO PREGOEIRO JULIANO GAMBA DO CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO ARINOS**

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2025

VIMEDIC CONSULTORIO LTDA. (VIMEDIC SERVIÇOS MEDICOS), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 41.948.311/0001-64, com endereço na Av. Brasil, s/nº - Residencial A.S. Curvo – Bairro Cristo Rei, CEP: 78.117-326 - Várzea Grande-MT, neste ato representada pelo seu procurador **CARLOS JOSE DE CAMPOS**, inscrito OAB/MT sob o nº 14.526, vem perante Vossa Senhoria apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO** interposto pela empresa **W.A. da S. Figueira & Cia Ltda.**, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

Trata-se de licitação na modalidade Pregão Presencial realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos - CISVA, objetivando a *“contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos na área de anestesiologia”*.

I – DA SÍNTESE DO RECURSO

Após o regular andamento do processo licitatório, com a declaração da empresa vencedora, aberto o prazo recursal, a empresa **W.A. da S. Figueira & Cia Ltda.** interpôs recurso contra a decisão que a desclassificou na fase de credenciamento, nos seguintes termos:

*Foi constatado que o Seguro Garantia apresentado pela empresa **W.A. da S. Figueira & Cia Ltda.**, não atendente os requisitos quanto a validade mínima de 120 (cento e vinte) dias, prevista no edital de licitação item 8.9.3.7. do edital do certame e no item 6.1.8. do Termo de Referência.*

A empresa recorrente reconhece que deixou de apresentar os documentos na forma exigida no Edital do certame e a atuação correta do pregoeiro:

"A justificativa apresentada foi a de que a apólice de seguro-garantia, com vigência formal de 30/10/2025 a 28/02/2026, não atenderia ao prazo mínimo de 120 dias de validade estipulado no Item 8.9.3.7 do Edital. Tal conclusão, contudo, resulta de uma análise superficial e estritamente literal, que ignora a natureza jurídica do seguro-garantia, as normas regulatórias que o disciplinam e, sobretudo, a proteção superior conferida à Administração pela apólice apresentada."

Em síntese os termos do recurso que será, a seguir, rebatido.

II – DOS FUNDAMENTOS – DA CORRETA DESCLASSIFICAÇÃO – PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

O Edital é a lei interna do processo licitatório, dessa feita, é por meio dele que a Administração e os licitantes conhecem das normas norteadoras do

processo instaurado, portanto, conhece-lo e cumpri-lo é fundamental.

A decisão de inabilitar a Recorrente foi acertada, uma vez que era a medida que se impunha, diante do fato de ter apresentado Seguro Garantia em desacordo com o edital do certame, bem como os princípios da legalidade e da isonomia.

A justificativa que levou à desclassificação da licitante é clara, devidamente fundamentada e em consonância com o edital e todos os princípios que regem os procedimentos licitatórios.

Nesse sentido, a jurisprudência:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – CONCORRÊNCIA PÚBLICA – **LICITANTE DESCLASSIFICADA – DOCUMENTAÇÃO EM DESCONFORMIDADE COM O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO – IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO POSTERIOR – ATO ADMINISTRATIVO QUE ATENDE À LEI DE REGÊNCIA E AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, ISONOMIA E VINCULAÇÃO AO EDITAL – ILEGALIDADE NÃO DEMONSTRADA** – DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO EVIDENCIADO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O processo licitatório é instrumento instituído por lei para garantir o atendimento de interesse público primário, assegurando a escolha da melhor proposta dentre todas as apresentadas, com observância da legalidade, da impessoalidade, da igualdade formal e material entre os concorrentes, vinculadas as partes, Administração e licitantes ao edital.

2. Na hipótese, o instrumento convocatório elenca expressamente os documentos a serem apresentados pelas partes, com menção, inclusive, de que a ausência de qualquer deles implica na eliminação do participante.

3. Se o concorrente deixou de apresentar os documentos exigidos no edital, ao tempo e modo devido, a sua

desclassificação não pode ser considerada indevida, uma vez que a Administração Pública encontra-se vinculada ao cumprimento de prazos e do rito próprio do processo licitatório, observância aos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, eficiência, moralidade e devido processo legal. 4 . Não há que se falar em excesso de formalismo quando a própria lei de regência do certame impede que o documento apresentado fora do prazo e da fase própria seja considerado para efeito de afastar a desclassificação, porquanto, a melhor proposta é a que, além de mais vantajosa, atende às regras da licitação, conforme critérios do edital, o qual faz lei entre os participantes. 5. Não demonstrado o direito líquido e certo e não evidenciada a prática de qualquer ato abusivo perpetrado pela autoridade coatora, de rigor a denegação da ordem. 6. Sentença mantida. Recurso não provido. (TJ-MT - APELAÇÃO CÍVEL: 10000330220238110093, Relator.: MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO, Data de Julgamento: 23/07/2024, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 25/07/2024)

Reexame necessário. Mandado de segurança. **Licitação. Inabilitação.** Apresentação de certidão vencida. **A licitação é ato estritamente vinculado aos termos da lei e às previsões editalícias, não se afigurando possível a supressão ou mesmo relativização de regra legitimamente adotado pelo edital do certame, aplicável indistintamente a todos os proponentes.** Revela-se necessária a exigência de apresentação de certidão negativa de falência e concordata, hoje recuperação judicial, prevista em lei, para comprovação da "saúde" financeira da proponente. Sentença mantida. REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL, Processo nº 7000900-37.2022.822.0022, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator (a) do Acórdão: Juiz Adolfo Theodoro Naujorks Neto, Data de julgamento: 29/04/2024 (TJ-RO - REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL: 70009003720228220022, Relator.: Juiz Adolfo Theodoro Naujorks Neto, Data de Julgamento: 29/04/2024)

MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA - DESCLASSIFICAÇÃO - **INOBSERVÂNCIA AO EDITAL - PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO** - DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO - SEGURANÇA DENEGADA. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. 1. "**O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório**" (STJ, 2.^a Turma, REsp. n.º 595.079/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, j. em 22.09.2009). 2. Ausente direito líquido e certo a ser amparado na via mandamental. 3. Ordem denegada. Agravo Interno prejudicado. (TJ-MT 10228184820208110000 MT, Relator: MARIA EROTIDES KNEIP, Data de Julgamento: 07/04/2022, Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 07/04/2022)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - PROCESSO DE LICITAÇÃO - **AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PELO EDITAL, A TEMPO E MODO - INABILITAÇÃO DO IMPETRANTE** - LEGALIDADE - DENEGACÃO DA SEGURANÇA - MANUTENÇÃO. Os atos administrativos possuem como característica a presunção de veracidade e legitimidade. Cabendo a quem argui ilegalidades, comprovar suas alegações. **Não comprovado pelo impetrante que apresentou todos os documentos previstos no edital de licitação para fins de habilitação, não há que se falar em ilegalidade do ato que o desclassificou na primeira fase do processo licitatório.** Revelando-se como adequada a sentença que denegou a sentença, devendo ser mantida. (TJ-MG - AC: 10000190026286001 MG, Relator: Carlos Roberto de Faria, Data de Julgamento: 05/11/2020, Câmaras Cíveis / 8^a CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/11/2020)

Sendo assim, ante a não apresentação de documento na forma exigida no edital que rege o certame, a competente equipe de pregão do CISVA procedeu corretamente a desclassificação da empresa recorrente.

Em virtude da indisponibilidade dos interesses públicos, a Administração não pode simplesmente empregar recursos públicos sem critérios, privilegiando uns ou outros. Há de se perseguir a finalidade pública, dentro do primado da legalidade, igualdade, moralidade e eficiência.

O doutrinador Marçal Justen Filho aduz no seguinte sentido:

"O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 10ª Ed., Dialética, 2004, p. 395);

Diante de todos os argumentos apresentado, resta claro que o pregoeiro agiu acertadamente ao desclassificar a empresa recorrente, valendo-se do princípio da vinculação ao instrumento convocatório que obriga a Administração e o licitante a observância das normas estabelecidas no Edital e, no presente caso, não restam dúvidas de que a documentação apresentada pela recorrente não atende ao exigido no edital do certame.

III - DO REQUERIMENTO:

Por todo o exposto, pede-se que sejam acolhidos os argumentos explanados na presente contrarrazão recursal, no sentido de julgar IMPROCEDENTE o recurso apresentado pela licitante recorrente e seja mantida a decisão que desclassificou a empresa **W.A. da S. Figueira & Cia Ltda.**, por tratar da medida da mais lúdima justiça.

Nestes termos pede e espera deferimento,

Várzea Grande-MT, 03 de dezembro de 2025.

VIMEDIC CONSULTORIO LTDA.

CNPJ 41.948.311/0001-64

CARLOS JOSE DE CAMPOS

OAB/MT 14.526